

# A IMINÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO SUL E O PAPEL DOS PAÍSES DO NORTE NESTES MERCADOS<sup>1</sup>

*MARCELINO ARMINDO MONTEIRO<sup>2</sup>  
HIEDA MARIA PAÇLIOSA CORONA<sup>3</sup>  
MANOEL ADIR KISCHENER<sup>4</sup>*

## Resumo

Este trabalho aborda questões atuais de desenvolvimento nos países emergentes em particular nos países africanos, a luz dos modelos adotados e seus benefícios à população. Trata-se de analisar em que medida os modelos de desenvolvimento colonialistas do Norte em relação ao Sul, vêm sendo confrontados pela relativa reestruturação organizacional e de cooperação internacional entre os países do Sul. A discussão se inicia com o debate sobre os conceitos de desenvolvimento a partir do ponto de vista de diferentes autores (FURTADO, 1979; SEN, 2000) e demonstrando o formato colonialista de forma invertida na globalização, isto é, quando os ex-colonizadores voltam aos países colonizados “camuflados” com novos modelos de cooperação (acordos comerciais, empresas multinacionais e concessão de benefício da isenção tarifária – o caso de multinacionais em Moçambique, por exemplo). Entretanto, que ainda contém em seus objetivos a exploração, a injustiça social e a promoção exclusiva de interesses dos

países “investidores”. E, por último, a discussão sobre o entendimento e a organização dos países do Sul num formato solidário diferencial de cooperação Sul-Sul, ou seja, o papel do Brasil no empenho e implantação na prática desta cooperação e as aplicações dos programas em África tal como o PAA África entre outros projetos.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento e a globalização; Impacto das multinacionais; Cooperação Sul-Sul e PAA.

## Abstract

This paper discusses current development issues in developing

countries particularly in African countries in light of the new models and their benefits to the population. It is to analyze the extent to which models of colonial development of the North towards the South, have been confronted by the relative organizational restructuring and international cooperation among countries of the South. The discussion begins with the discussion of the concepts of development from the point of view of different authors (Furtado, 1979; SEN, 2000), and demonstrating the colonialist format inverted form in globalization, ie, when the ex-colonizers return to “camouflage” colonized countries with new models of cooperation

- 1 Artigo apresentado no 52º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Goiânia, 27 a 30 de julho, 2014.
- 2 Natural de Guiné-Bissau, Bacharel em Administração, Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Paraná (UTFPR) E-mail: [yuorna@gmail.com](mailto:yuorna@gmail.com)
- 3 Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade federal do Paraná (UFPR), Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional na UTFPR. E-mail: [hiedacorona@hotmail.com](mailto:hiedacorona@hotmail.com)
- 4 Bacharel e Licenciado em História, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional na UTFPR. E-mail: [manoelkischener@yahoo.com.br](mailto:manoelkischener@yahoo.com.br)



(trade agreements, multinational companies and pension benefits from the tariff exemption - the case of multinationals in Mozambique, for example). However, it still contains in its objectives exploitation, social injustice and the exclusive promotion of interests of the countries 'investors'. And lastly, the discussion about the understanding and organization of southern countries in a format solidarity differential South-South cooperation, ie the role of Brazil in the commitment and implementation in practice this cooperation and applications of programs in Africa as PAA Africa among other projects

**Keywords:** Development and globalization; Impact of multinational; South-South Cooperation and PAA.

REL: R1

## 1 INTRODUÇÃO

Um dos objetivos do programa de desenvolvimento do milênio das Nações Unidas é a redução da pobreza e erradicação da fome. Mas para isso acontecer, a própria Organização das Nações Unidas (ONU) e todos os países membros devem unir esforços para criarem estratégias conjuntas. Desenvolvimento e acesso ao mercado são tão importantes não só para "grandes" (países avançados em termos econômicos, como os da América do Norte, o Japão e/ou países europeus), mas também para os "pequenos" (ou países do Sul, os menos avançados em termos econômicos) obterem espaço para exporem seus produtos (REPORT & PROCUREMENT, 2010). O esforço dos "pequenos" para se desenvolverem e também os "grandes" para manterem a vida "moderna" já conquistada, trás conflitos de interesses, por fim, acaba impedindo um trabalho conjunto que minimize as crises em que se encontram, mes-

mo considerando níveis e escopo diferenciados de tais crises.

Giddens (1991) chama a atenção para o fato de que todos, de uma forma ou outra, estão embarcados na modernidade e vivenciam suas consequências, tanto no que se refere às conquistas e as oportunidades dos seres humanos gozarem de uma existência mais segura e gratificante, com a confiança no progresso tecnológico e no bem-estar generalizado como também o seu lado sombrio, a parte que se tornou mais aparente no século XX. Para ele o mundo em que vivemos está cheio de perigo e riscos, o que leva a pensar de que, ao contrário das expectativas a felicidade relacionada com a procura desenfreada de acumulação da riqueza, sem levar em conta os efeitos sociais e ambientais, tem colocado limites inéditos aos seres humanos.

Como Sen (2000) salientou, a procura da riqueza pode não trazer tudo que se quer, mas esse modelo domina a tal ponto que impossibilita pensar nas alternativas. De certo modo, há razões para isso, pois a riqueza traz a liberdade e a possibilidade de fazer o que se quer e levar o tipo de vida ao gosto que se desejar. Mas para o autor existem outras coisas importantes para além da riqueza que podem trazer a liberdade e fazer o que se possa gostar. Sendo assim, uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir além da acumulação da riqueza, crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), e das variáveis relacionadas à renda, assim entender que a riqueza e o crescimento econômico não são fins últimos, o desenvolvimento deve estar relacionado com a melhoria da vida, da liberdade que é desfrutada.

O ponto central deste trabalho é de debater o tema do desenvol-

vimento e da modernidade que os colonizadores impuseram as antigas colônias, de forma sutil ou não, e que estratégias utilizam para manter o acesso a estes mercados, aos recursos naturais e a força de trabalho, mesmo em situação de "independência". E também a forma como estas (ex-colônias) estão se organizando para controlar seus mercados e recursos, embora com pouco poder de barganha. Neste último está se referindo aos países do Sul pela forma como estão se organizando e com o surgimento dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), e outras organizações sub-regionais.

A metodologia aqui adotada é o levantamento bibliográfico com base nos materiais abordados nas disciplinas obrigatórias de um Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional<sup>5</sup> e outros ligados a questão de desenvolvimento e inserção de multinacionais nestes mercados. Além da introdução o trabalho conta com três pontos: no inicial discutem-se as fórmulas de desenvolvimento, indicadas pelos países e organizações internacionais, através de vários estudos e conceitos dos autores; no segundo ponto, trata-se de como estes modelos estão sendo aplicados no Sul, em especial em África; no terceiro, as respostas a estes modelos através da cooperação Sul-Sul e gestos iniciais de solidariedade dos BRICS em especial do Brasil, para com os países do Sul.

## 2 MODELOS DE DESENVOLVIMENTO

A superestimação dos recursos naturais do nosso planeta, como inesgotáveis e a confiança no progresso tecnológico, considerado eficaz e sem falhas pelos seus idealizadores, resul-

<sup>5</sup> Ressalte-se que o primeiro autor deste trabalho é guineense e encontra-se no Brasil para estudos de pós-graduação, portanto, a perspectiva de se entender o desenvolvimento na ideia Sul-Sul, ampara-se também, na própria experiência no país de origem, a Guiné-Bissau.

tou na atual crise ambiental e escassez de recursos naturais, bem como, na desigualdade social. A visão dos colonizadores europeus de progresso contínuo e sem limites, encontrou limites seja pelos efeitos de seu próprio sucesso (BECK, 1997), seja porque os recursos disponíveis se encontram em espaços não mais plenamente dominados, depois da independência política dos países colonizados. Estes países (do Sul, ex-colônias) também se animam com a possibilidade de seguir o modelo dos países do “Norte” e rapidamente atingirem os níveis do desenvolvimento econômico destes. No entanto, tal modelo econômico, baseado no princípio de crescimento constante da produção e expansão dos mercados, começava a alcançar seus limites de validade (RAYNAUT, 2006). Limites estes provocados pelo modelo de consumo dominante (capitalismo), que de certa forma envolveu os países sulistas pós-independência, e os fizeram apostar na exploração desenfreadas dos recursos naturais. Com premissas de se desenvolverem rapidamente, sem estratégias que garantisse um desenvolvimento real, para além dos aspectos econômicos.

Segundo Sachs (2010), deste início de século, estamos sentados sobre as ruínas de quatro paradigmas: a) o socialismo real – deu-se início a invasão da Tchecoslováquia em 1968 e findou-se na queda de muro de Berlim em 1989; b) o neoliberalismo, também conhecido como Consenso de Washington – deu o seu fim ao início das crises na Argentina, onde ficou claro o fracasso deste paradigma; c) o crescimento econômico, pois mesmo forte, ocorre aprofundando as desigualdades sociais, o milagre brasileiro e a atual situação chinesa, “protocapitalista”, pode implodir, por outros fatores que ele mesmo provoca, ao interromper o crescimento pode se afundar no autoritarismo; e o d) socialdemocrata – que está em crise por renunciar a sua origem so-

cialista, recusar a sociedade de mercado e aceitar economia de mercado, que é incompatível. São paradigmas que orientam os ideais de crescimento econômico e que está sendo controlado pelos países economicamente mais avançados.

O desenvolvimento foi e ainda é um debate intenso realizado por vários estudiosos da área, sendo que alguns desenvolvem conceitos e “pacotes” que servem para que um ou mais países venham adotar, para simplificar rapidamente os caminhos que enfrente a difícil situação econômica e social enfrentada pela industrialização, e essa se traduz nas elevadas mudanças sociais e econômicas. Para Furtado (1979), esse processo não beneficiou uma elevação do nível social, mas sim, apenas de uma pequena parcela de beneficiados.

Furtado (1979) delinea alguns pontos para o processo de alinhamento do modelo de desenvolvimento em vigor: no primeiro estão fatores que criam excedentes de produção, sempre acompanhado de sistemas de escravidão; o segundo, o excedente é apropriado por grupo minoritário; o terceiro, o alto padrão do sistema de consumo dos grupos minoritários, e possível formação de aliança com outros grupos; o quarto está nos intercâmbios, que viabiliza especialização geográfica; o quinto está na concentração da riqueza; e por último, a incorporação do processo produtivo a riqueza acumulada.

A criação de excedentes está ligada ao não reconhecimento dos que são forçados a garantir estes excedentes, os quais só podem ser vistos nos e para grupos minoritários. Em estudos de Furtado (1979), aparece um amplo debate sobre as formas e conceitos de autores na busca de dialogar sobre a temática do desenvolvimento. Entre eles encontra-se Colin Clark, cujo pensamento é de que não existe desenvolvimento que não passa, sendo que os grupos majoritários são privados de consumir e forçados

a trabalhar para garantir a concentração de riqueza dos minoritários. Conforme este autor citado por Furtado “O subdesenvolvimento não é uma etapa de formação da economia capitalista”, é uma situação particular, resultante da expansão das economias capitalistas, que visam à utilização dos recursos naturais e mão de obra dos lugares pré-capitalista. Há casos onde empresas estrangeiras produzem mercadorias para exportação e, por outro lado, há economias de subsistências de larga escala. Sendo assim, pode-se dizer que existem três setores: setor voltado à exportação, de subsistência o (principal) e um núcleo industrial ligado ao mercado interno (FURTADO, 1979), o que O’Connor (2003) chama de desenvolvimento combinado.

Desenvolvimento combinado é definido a partir de uma combinação peculiar de formas econômicas sociais e políticas, características das regiões desenvolvidas, com as formas que se encontram nas regiões subdesenvolvidas (ou entre cidade e campo, mão de obra barata com baixa remuneração). Combinando uma mistura de velhas formas socioeconômicas e políticas produzidas historicamente em algum momento do passado, com as novas formas de produção (O’CONNOR, 2003). Neste caso, incentivando um pequeno grupo ao alto consumo e a assimilarem a cultura estrangeira.

Um ponto importante é que os países “periféricos” ao se especializarem na produção de produtos de exportação transformam-se em importadores de novos bens de consumo, fruto da tecnologia dos países do centro. A elevação da produção dos países periféricos não se transforma em aumento nas taxas de salários, mas aumento de gastos em consumo, que beneficia o aumento do padrão de vida do grupo minoritário, estes grupos passam a confundir o desenvolvimento ou modernização com importação dos produtos e cultura

externa como modernização dos estilos de vida (FURTADO, 1979). Deve-se ao que Santos (2004) considera como a permanência do colonialismo nas ex-colônias, nas políticas das relações entre Norte e Sul.

Assim, permanece a política das relações desiguais entre Norte e Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo. Tais relações constituídas historicamente pelo colonialismo e depois da independência enquanto relação política e social não se terminou com estilo colonial de relacionamento, que permanece como mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória (SANTOS, 2004). Fortalecendo um grupo que consomem e outro que se esforça, mais que lhe é negado o acesso ao consumo, criando uma dependência tecnológica na produção de bens de consumo e a desigualdade de oportunidades e de acesso ao consumo.

O processo de controle tecnológico, e a imposição dos padrões de consumo, das “grandes” economias, condiciona a estrutura do aparelho produtivo dos “menores” e os tornam dependentes. Dessa forma a minoria passa a reproduzir padrões de vida criada pelo sistema dominante, o que Furtado (1979) chama de dualismo. Num sentido global, o sistema capitalista condiciona, e faz transplantação do centro para periferia, da sua produção para clientes estritamente condicionado e controlado. O processo de transplantação das atividades industriais com foco nas minorias está relacionado ao crescimento do PIB, que está ligado em alguns pontos ao baixo nível de vida da maioria da população (FURTADO, 1979; O’CONNOR, 2003), o que podemos ligar ao que Giddens (1991) caracteriza como desenvolvimento no tempo-espço e desenvolvimento do mecanismo de desencaixe.

O desenvolvimento de mecanismos de desencaixe – retira a atividade social dos contextos localizados,

reorganiza as relações sociais através das grandes distâncias tempo-espço. A apropriação reflexiva do conhecimento – a produção de conhecimento sobre a vida social torna-se integrante da reprodução do sistema, deslocando a vida social da fixidez da tradição. Essas três características das instituições modernas explicam por que viver no mundo moderno é mais semelhante a estar a bordo de um carro importado em disparada (tendo em conta os problemas e riscos que mundo comporta e desgobernada pela frieza que as potências mundiais vêm lidando com a situação), do que estar num automóvel a motor cuidadosamente controlado e dirigido (GIDDENS, 1991).

O desenvolvimento destes países passa a ser, a ampliação do consumo de minorias, com estilo de vida ditado por uma evolução cultural dos mais avançados com o desenvolvimento apontado no início do progresso tecnológico. Com objetivo de elevar o coeficiente de capital, na produção para minoria, impede a alta difusão da tecnologia no segmento que produz para população majoritária (FURTADO, 1979). O que leva uma exploração excessiva e conseqüentemente à degradação ambiental e desastres naturais que afeta maiorias pobres do Sul, o que O’Connor (2003) designa como desenvolvimento desigual e com contaminação. O que para ele o certo é que os piores desastres humanos e ecológicos ocorreram no hemisfério Sul, e nas “colônias” internas do Norte. Ainda, segundo este autor, as vítimas humanas mais características da degradação ambiental são os pobres do campo (O’CONNOR, 2003).

Pelas análises deixadas por Beck (1997), a sociedade industrial passa atualmente por um processo de autoconfrontação. A modernização reflexiva refere-se a um processo em que as ameaças e efeitos colaterais da fé na factibilidade técnica e no progresso (ciência, economia, política)

confrontam-se, com as próprias premissas dos sistemas modernos, capitalista, e acabam minando suas bases, os riscos gerados pela sociedade industrial começam a escapar das instituições de controle e proteção desta sociedade (BECK, 1997). O que se vê atualmente, pelos escritos de alguns autores, é a necessidade de apontar saídas para as crises, e estas saídas nem sempre são aceitas ou vistas de forma aceitável pelo sistema dominante.

Uma saída apontada por Escobar (2005) é que “a alternativa do desenvolvimento deve levar em consideração o conhecimento local”, que o autor chama de “lugar”. Mas na filosofia ocidental o lugar tem sido ignorado, pela força da globalização que marginalizou significativamente o lugar. Este autor entende que para alguns o imprimir do desenvolvimento significa o rompimento definitivo do lugar (ESCOBAR, 2005).

A outra saída foi proposta por Sachs (2010), em que o modelo de integração dos biomas adaptados em diferentes lugares não se fixe nas monoculturas e no foco essencial nas exportações. Também o autor acredita que sistemas integrados, adaptadas aos biomas distintos, podem de alguma forma proporcionar o desenvolvimento sem conseqüências elevadas, preservando todo o sistema – a produção de alimentos e o meio ambiente. O desenvolvimento socialmente incluyente, ecologicamente viável e economicamente sustentado pode ser uma alternativa para o desenvolvimento dos países do Sul em especial do Brasil.

O desenvolvimento visto pelos países do Sul, como algo urgente e irreversível, passa de certa forma pela adoção do modelo dominante, o que acaba por induzir estes países a um novo formato de colonialismo, sem que eles percebam. Este modo de exploração (colonial e capitalista) encaixa-se de maneira camuflada com os mesmos objetivos e formas

de restrições e negação aos direitos dos povos aos seus recursos, a maneiras diversas de estar e entender o mundo. Assim, as políticas de desenvolvimento estão fortemente enraizadas nos planos dos novos colonizadores, mas de forma do colonialismo invertido no modelo da globalização, e em formas de apoios de desenvolvimento das grandes organizações internacionais.

## O DESENVOLVIMENTO E O COLONIALISMO INVERTIDO

O que se denomina de “modelo invertido” do antigo colonialismo, está camuflado pela globalização, pelos pretensos ideais de democracia e por uma denominada estabilidade governativa e de paz, porque há um ocultamento da realidade vivida pelos povos, através da ação de grupos externos (com alto desenvolvimento econômico) que forcem alianças com elites locais (países com baixo desenvolvimento econômico) para se enriquecer a custa do povo.

Se de certa forma, é desejável a superação do drama do passado (escravatura e colonialismo), com democracia, paz e bem-estar, porém, há preocupação de que os novos arranjos entre as elites internas e internacionais sejam mais do mesmo, ou seja, não traga novidades, nem autonomia e nem um desenvolvimento sustentável para o continente africano (SARAIVA, 2008).

Por exemplo, no caso da Guiné-Bissau até a presente data só voa uma companhia aérea, a Transportadora Aérea Portuguesa (TAP), na maior empresa de telecomunicação deste país, Guiné Telecom, o maior acionista até dois anos atrás, era a Portugal Telecom, a única empresa fornecedora de combustível no país é a Petromar, sendo maior acionista a Galp, uma empresa portuguesa. As maiores obras construídas no país, além das construídas por meio dos acordos, “China-Guiné-Bissau”, são construções feitas pelas empresas portuguesas.

É indubitável o poder e os benefícios da globalização, vale mostrar que este modelo capitalista, em alguns pontos não está sendo aplicado de forma que possa levar ao desenvolvimento que se necessita. O modelo que levou o rápido crescimento econômico como mostra Sachs (1997), deveria assegurar de certa forma prosperidade para todos. De modo diferente como se pensa, cresce o processo de dualismo detidos pelos mais industrializados e apartheid social com forte ameaça aos países ricos e os pobres simultaneamente (SACHS, 1997).

Neste ponto o sentido amplo da globalização ainda esta longe de ser global, sendo que a mobilidade de capital se torna improdutivo na transferência num volume adequado de investimento e do sistema de emprego dos mais avançados aos menos (os desenvolvidos aos que estão em vias de desenvolvimento) (SACHS, 1997). Neste aspecto, Sen (2000) ressalta duas situações importantes: a primeira é a negação das oportunidades de transação, por meio do controle arbitrário, em si, é uma forma de privação de liberdade. Para ele os mercados expandem a riqueza, e as oportunidades econômicas das pessoas. A segunda, baseada no funcionamento eficaz e nos resultados favoráveis dos mecanismos do mercado. É de conhecimento que um bom funcionamento de mercado pode impulsionar o crescimento econômico rápido e a expansão do padrão de vida. Portanto, a política de restrição pode fazer o inverso, impedir o crescimento do mercado e a liberdade das pessoas. Não se pode negar a necessidade da regulamentação. Mas, pode argumentar que há uma perda social quando se nega às pessoas o direito de interagirem economicamente umas com as outras (SEN, 2000). Os países do Sul e os do

Leste não tem força para se integrar na economia mundial, enquanto os países ocidentais mantiverem práticas protecionistas no comércio (SACHS, 1999).

Com a dominação dos três regiões/países mais importantes do mundo: América do Norte, Europa e Japão, os quais dominam 80% do comércio mundial, entre os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Uma visão importante é das formações dos blocos econômicos para se protegerem e reforçarem o desenvolvimento. Foi assim que surgiu a União Europeia, para se proteger das economias emergentes, Nafta e MERCOSUL (SACHS, 1997), e os países africanos contam com cinco blocos.

Com a globalização do mercado, há um objetivo comum de se configurar como um novo sistema colonial. Sendo o colonialismo o promotor da expansão mundial do comércio pela exploração e submissão das colônias às metrópoles, objetivando acumulação do capital e ampliação da manufatura até a grande indústria (COSTA, SOARES, 2004). O ponto importante deve-se lembrar das piores formas de privação dos mais fortes aos países menos avançados. Privações atuais de não participarem nas organizações internacionais (ativamente e com opinião aceita tornada em prática no mercado), inexistência no comércio dos seus produtos no espaço dito global para se defenderem (SACHS, 1997).

Com força e sem mudanças nas políticas dos mais avançados em relação aos que estão em vias de desenvolvimento, que permita que a globalização seja global, sem segregação do Sul com Sul e Norte com Norte, por fim, a eliminação da separação entre Norte e Sul. O mundo no século XXI tende a ser do *apartheid* econômico, também a reprodução de um desenvolvimento desigual pela globalização (SACHS, 1997).

Enquanto o Sul com países em desenvolvimento, sem estrutura para “banciar” toda uma reforma de transição, sendo necessário que ocorra o equilíbrio entre as importações e as exportações das tecnologias, para permitir crescimento tecnológico destes países.

Sem a liberdade e a igualdade de oportunidade o acesso democrático aos recursos e equipamentos coletivos, independentemente das intenções de seus proponentes, do ponto de vista do Sul, esta intenção poderá parecer mais um instrumento de protecionismo oculto dos países industriais. Visto do Sul, conforme Sachs (1997) o continente europeu parece um agrupamento voltado para dentro, pois com políticas agrícolas altamente protecionistas e fortes interesses neocoloniais. Depois de algumas divisões como dos não-alinhados na década de 1970, surge à globalização para aprovar a intenção de que se firmou a ordem internacional eliminando outras afirmações. E eliminar os esforços dos países que estavam nas melhorias das suas regulamentações da econômica local e focar uma estratégia de desenvolvimento (SACHS, 1997).

Saliente-se de que sem dúvida a essência da atual política econômica, se aproveita da miséria reinante para crescer os lucros dos grandes capitais, utilizando o slogan da democracia, da paz e boa governança e segurança, pois, segundo Saraiva (2008), a África subsaariana é considerada a região mais pobre do mundo, cresce desde 2003 de 5% e 6% ao ano. Sendo movida pela globalização, a economia do continente se estabiliza na gestão de negócio do estado, os investimentos internos equivalem a 19,4% do PIB. Desta forma, estimulou o movimento entre as capitais como: Abuja, Adis Abéba, Lagos, Luanda, Cartum, Pretória, Cairo e Maputo. As autoridades da China, de países da América do Norte, do Brasil, grupos multinacionais

e ONGs (SARAIVA, 2008), a procura dos novos acordos e formas de repartirem ou pode-se assim dizer, criação das novas divisões das fronteiras.

No entender de Saraiva (2008, p. 81), “No continente abundam recursos minerais globais, a África, é motivo de cobiça por possuir 66% do diamante do mundo, 58% do ouro, 45% do cobalto, 17% do manganês, 15% da bauxita, 15% do zinco e 10 a 15% do petróleo”, assim, ali se encontra cerca de 30 recursos minerais e mesmo assim, o continente só participa com 2% do comércio mundial, com apenas 1% do comércio industrial global (SARAIVA, 2008).

O capitalismo e a sua colonização invertida (suas novas estratégias) pela globalização se movimenta para uma nova divisão do continente, tanto os antigos colonizadores como novos que se posicionam com aparentes formas diferentes de se encaixarem. Muitos países africanos facilitam a entrada das multinacionais com intenção de aumentar o emprego, por meio da industrialização e exploração de recursos naturais. Portanto, o caso de Moçambique é um que aqui se apresenta com base nos trabalhos de Saraiva (2008) e Bellucci (2008), ambos com visões diferentes em alguns pontos e noutros congregam o mesmo pensamento. Este se torna a porta de entrada da ocupação do capitalismo. Sendo a nova partilha das antigas colônias e novos candidatos a ter uma porção. O mundo pós-guerra Fria é mais sutil, mas não menos pragmático. Não vão apenas para um aparente controle de recursos energéticos, minerais e estratégicos, mas sim para ampliar poder de barganha no mercado internacional (SARAIVA, 2008).

Também nesta correria de se afirmar há um risco, do país visando entrar em conflito com vizinho ou entre elites internas, este risco pode produzir de uma forma novos desní-

veis internacionais, separando numa parte dos interessados dos países em desenvolvimento e os países industrializados, também uma separação entre os países mais avançados entre si (BECK, 2010).

Para Saraiva (2008), Moçambique ultrapassou todas as metas estabelecidas pelas instituições financeiras internacionais. Nos investimentos Externo Direto (IED) acumula entre 1995 a 2004 2,5 bilhões. Superior aos países vizinhos, mas isso não o levou a superar outros índices sociais que são bastante lamentáveis, hoje se encontra entre os mais baixos do mundo. Porque ainda segue o modelo colonial de relação, importar produtos de bens de alto valor agregado e exportar produtos primários. Uma preocupação local, mas não das elites governamentais (SARAIVA, 2008).

No caso de Moçambique, com os megaprojetos implantados no país segundo os estudiosos do assunto, haverá um grande impacto no PIB e na balança comercial, e sem impacto na balança de pagamentos e no rendimento nacional visto que terão pagamento de serviço da dívida e repatriação do lucro. Sendo de capital intensivo, os pagamentos serão de serviço da dívida dos credores externos e remessas do lucro. Neste caso, mínimo impacto na criação do emprego, sendo cinco mil empregos diretos, em seis grandes projetos. Nas empresas do suporte serão 15 mil. Em 1998 na construção de Mozal, foram investidos US\$ 220 milhões em serviços de terraplanagem e construção, no ano seguinte mais de US\$ 875 milhões e em 2000, foram US\$ 245 milhões na aquisição de equipamentos. Só 6% soma que fica do projeto direcionado para bens e serviços e mão de obra no país. O total da capacidade produtiva será de 245 mil toneladas do alumínio, e total de exportação estimada em US\$400 milhões (BELLUCCI, 2008).

Crescendo o PIB, o modelo é visto conforme previsto pelo pensamento hegemônico como sendo desenvolvimento no sentido econômico, mas como muitos estudiosos argumentam que PIB, deixa de fora muitos outros parâmetros. Sen (2000) defende outros parâmetros que sejam mais abrangentes, e que levam em consideração estilo de vida das comunidades excluídas no sistema econômico. Neste caso cresce o país em termos de PIB, mas não no rendimento das pessoas que fazem trabalhos autônomos no campo ou noutras atividades.

Assim, com base nos dados da Bellucci (2008), a estrutura financeira da Empresa Moçambicana do Alumínio (MOZAL), constituído por 38% capital próprio, 50% empréstimos, e 12% empréstimos subordinados. Nesta fatia do capital próprio foi de 520 milhões, sendo Milliton 47%, Mitsubishi 25%, Investimento Direto Estrangeiro (IDE) 24% e governo do país (Moçambique) 4%. A fatia do capital próprio de 38% (dos proprietários da MOZAL) é composta por quatro elementos, o Milliton, Mitsubshi, IDE e o Governo Moçambicano. Sendo outra fatia de 50% do empréstimo de exportação, majoritariamente da África do Sul. Serviços das dívidas anuais de 80 milhões (dos juros e amortização do capital), com 18 milhões ao ano de rendimentos acrescido. Estima-se lucro de US\$ 65 milhões ao ano, 4% para governo. A balança comercial será de 160 milhões (400 milhões de exportações menos 240 milhões de importações) no cofre do estado só fica 7 milhões, 3 de dividendos e 4 de imposto sobre circulação. Um alto impacto no PIB, o que Banco Mundial e FMI valorizam e as suas grandes multinacionais, sendo muito pouca agregação de valor (emprego e renda) dos Moçambicanos (BELLUCCI, 2008).

Com grandes projetos se intensificou a implantação das indústrias

de exportação, com baixos salários. Sendo vistos como amplo ceticismo, devido a possível valorização de mão de obra. Que pode afastar os “gansos” voadores (indústrias de exportação que aproveita só mão de obra barata). Portanto, é visto como não muito séria a proposta das empresas na redução da pobreza (BELLUCCI, 2008). O que O’Connor (2003), designa como, “Desenvolvimento Combinado”, a partir de uma combinação peculiar de formas econômicas sociais e políticos, características de regiões desenvolvidas, com as formas que se encontram nas regiões subdesenvolvidas. O sistema econômico global onde o capital ambiciona com máxima ganância, combinando com tecnologia de ponta, organização industrial, divisão e força de trabalho barato e superexplorado.

A visão destas empresas é que não são integracionistas, e que não se envolvem com a população na produção nem no consumo, o processo da globalização, não é pelo trabalho, mas sim pela produção. Sem o uso de mão de obra local, com alto índice de mais valia obtida, explora pequena mão de obra local e pagam baixos impostos e taxas locais sem produção para o mercado interno. Produz para o bem do capital externo e de uma minoria de elite local. Neste sentido a exclusão destes países não é só social, mas sim, econômica, excluídos politicamente é também uma exclusão econômica. Instiga os governos desamparados a uma aderência incondicional as cartas do FMI, aceitam imposições dos credores (internacionais) por eles indicados. É de certa forma latente a mudança de forma de exploração, e sem dúvida continua os objetivos das políticas coloniais de espoliações (BELLUCCI, 2008).

Mesmo assim, Saraiva está cheio de razão para o otimismo, para ele são fortes os ritmos da democratização em muitos estados do continen-

te, reformas econômicas, liberalizações, traz a confiança nos mercados, redução da vulnerabilidade externa, acesso aos financiamentos internacionais (SARAIVA, 2008). Mas para Beck (2010), as indústrias de alto risco foram levadas para países onde existem mãos de obra barata. E uma atração entre pobreza extrema e risco extremo. Todo foco de maiores risco do mundo se instalarem no Terceiro mundo (refinaria indústrias químicas) nos lugares onde se encontra inúmeras populações pobres (BECK, 2010).

Para o autor estes riscos não são atuais, são bem antigos. Os riscos vinculados ao desenvolvimento industrial são certamente tão antigos quanto a ele mesmo. A pobreza extrema de grande parte da população, o risco da pobreza, o risco de qualificação, risco à saúde criado nas fábricas, mas que já não está lá, com imensa ameaça da vida no planeta (BECK, 2010). Para o O’Connor (2003) quanto maior for o desenvolvimento desigual do capital, maior será a concentração de indústrias, nos lugares e da população urbana. É mais provável que será as quantidades de detritos de diversos tipos de transformação industrial que se transformaram em contaminação perigosa (O’CONNOR, 2003), que advém da corrida para a modernização.

Os paradigmas da desigualdade social estão sistematicamente relacionados a fases específicas do processo de modernização. A distribuição e os conflitos distributivos em torno da riqueza socialmente produzida ocuparão o primeiro plano enquanto em países e sociedades do Terceiro mundo, o pensamento e as ações das pessoas for dominada pelas evidências das carências materiais, pela ditadura da escassez (BECK, 2010) na academia, a discussão do desenvolvimento é antagônica.

Estas inadequações permitem vislumbrar alternativas epistemoló-

gicas, um paradigma emergente que o Santos (2004) designou por ciência pós-moderna. Se, por um lado, tal estava longe de acontecer, por outro lado, tendo em conta que o desenvolvimento tanto científico como social não era homogêneo no mundo. Porém, na pós-modernidade podia ser facilmente entendida como mais um privilégio das sociedades centrais, onde a modernidade tinha tido maior realização (SANTOS, 2004).

A vontade de abrir a “porta” (modelos que leva ao desenvolvimento) com a chave de desenvolvimento científico-tecnológico as portas que levam a riqueza social, a promessa de libertação da pobreza isso desde sociedade de classe, sociedade estratificada até a sociedade individualista (BECK, 2010).

Sachs (1999) destaca a diferença acentuada no consumo de metais, alimentos, produtos florestais, adubo, cimento, metais, produtos químicos, automóveis e veículos comerciais. Conclui que as Nações Unidas têm o dever de administrar o patrimônio mundial de maneira ecologicamente responsável para o bem da humanidade, só poderá se sentir “seguro” no momento em que as ações sustentáveis estejam acontecendo, que estejam impregnadas no dia-a-dia, caminhando junto com o desenvolvimento.

É evidente que os países em desenvolvimento trabalham de forma a cumprir com programas de desenvolvimento ditado pelas organizações financeiras internacionais e com esforço para cumprir com as metas do desenvolvimento do milênio. Cabem a elas procurarem um formato para atingirem estas metas, neste sentido é de certa forma, atraídos pelas multinacionais para implantação das indústrias voltada para a exportação. O que O’Connor (2003) denomina de “Desenvolvimento Combinado e contaminado”. Para ele o desenvolvimento combinado significa exportação de contaminação e

exportação de produtos perigosos, tanto de meio de produção como de consumo do Norte para Sul.

Neste caso Beck (2010), critica a forma como estes riscos estão sendo produzidos. Demonstrando que estes riscos da maneira como estão sendo produzido no ponto mais avançado de desenvolvimento, produz radioatividade, as toxinas, poluentes no ar, na água e nos alimentos. Com um desencadeamento de danos irreversíveis, de forma invisível (BECK, 2010).

Estes países tem poder de barganha muito reduzido, como e o caso da Guiné-Bissau, no qual que as empresas portuguesas dominam e Moçambique que de certa forma conseguiu equilibrar as “forças” dominantes tanto do Norte como do Sul num mesmo nível de investimento externo em termos de apoio a desenvolvimento econômico e industrial, sem deixar pender-se a uma ou outra força. Esse limitado poder de barganha que se tornou evidente no exemplo moçambicano, que não conseguiu barganhar para que alto índice de investimento externo se torne alto rendimento das populações ativas no mercado.

Portanto, ficando a maior parte repatriado para países investidores. Neste ponto cabe o continente africano e outros países do Sul, pensarem num outro modelo tal como referenciado em algum ponto deste trabalho. O reforço das integrações entre os países do Sul, através das organizações regionais (reforçar práticas comerciais e políticas conjuntas) que os permitem um poder de negociação juntas e de certa forma amenizar suas perdas.

## 4 ALTERNATIVAS INVISÍVEIS

Evidencia-se o pensamento comum entre os países em desenvolvimento, o centro do desenvolvimento destes países era simplesmente en-

tregue e confiado aos países avançados, sem se importarem com os acordos e relacionamento entre eles. Os liberais concebiam o desenvolvimento como uma responsabilidade externa dos países mais avançados, que deveria integrar-se, com designo nacional, com seus capitais, empreendimentos e tecnologias no apoio a desenvolvimento dos menos desenvolvidos (CERVO, 2012a).

No entanto, essa interpretação alimentou posteriormente os ideais capitalistas da globalização. E é sabido que a homogeneização entre povos e países não é a missão da globalização capitalista do século XX, mas sim a produção de grande quantidade de bens a custo baixo da mão de obra dos países do Sul (ALMEIDA, 2001).

Mas o desenvolvimento dos mecanismos compensatórios nos anos 1960, que incentivou a integração de forma completa dos países em desenvolvimento, em que os mais industrializados foram mobilizados a fazerem concessões tarifárias aos menos avançados sem exigências de compensações. Sendo que no final do século XX o comércio mundial era feito entre Norte-Norte, tendo em conta que o comércio Norte-Sul é dominado por padrão tradicional de trocas (matérias primas e commodities com os bens manufaturados e de maior valor agregado) (ALMEIDA, 2001).

Portanto, Mukherjee (2012) chama atenção na forma como a visão colonial é avaliada em alguns países, principalmente os países da Ásia, durante e pós-independência. A visão e a avaliação total do colonialismo não bastam tentar-se auferir se só uma parte que cresce ou não, desta forma não pode falar do desenvolvimento na sociedade afetada pelo colonialismo. Visto que o foco era fazer crescer a área pela qual os favorecem para escoamento dos recursos explorados nas colônias. No caso das rodovias, ferrovias, comér-

cio exterior etc. numa estrutura colonial interna invisível pela visão dos colonizados (MUKHERJEE, 2012).

Entretanto, o movimento cauteloso com início na América do Sul, e posteriormente na América de Norte, para África e à Europa, incentivaram o movimento de capitais. Capitais e empresas brasileiros se instalam e estabelecem uma interdependência econômica nos países do Norte, mas com maior frequência nos países do Sul (Cervo, 2012a). Mas, antes havia o Surgimento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONU-DI) e outras entidades para inserir países menos avançados na economia mundial (ALMEIDA, 2001).

Com a intenção de que o desenvolvimento é um processo conjunto entre os Estados e, um só não o pode oferecer de forma isolada, a outro Estado. Em conjunto se pode ganhar experiência na assistência técnica e ampliar o desenvolvimento interno, as relações entre pessoas, às instituições e por último um Estado que pode de certa forma acelerar o crescimento das mesmas entidades. Esta abordagem Sul-Sul, oferece as contribuições diretas do desenvolvimento com a transferência de conhecimento e as experiências adquiridas num outro país com situações semelhantes e não importado dum país industrializado. Também sempre as experiências são acompanhadas de ações culturais semelhantes e baseadas na solidariedade sem ser acompanhado do modelo histórico colonizador (BURGES, 2012).

Para Cervo, os princípios da reciprocidade (aplicado pela cooperação Sul-Sul) pretendem confrontar a velha ordem, em que os princípios ou ordenamentos eram determinados pela decisão dos países mais avançados em seus benefícios. Mas dessa forma criar facilidades e o fortalecimento das relações entre os

membros e coordenar posições diante das relações internacionais em esfera global (CERVO, 2012b).

A nova estratégia dos doadores (apoio ao desenvolvimento entre países do Sul) emergentes está sendo notável e imprescindível tanto pelos doadores (os que apoiam) como para os favorecidos (os que são apoiados), com seus moldes de empréstimos em condições favoráveis e, que inclui a possibilidade de acesso ao mercado, assistência técnica e investimentos estrangeiros (BURGES, 2012).

Alguns dos fatores que agem do lado da economia dos BRICS (Brasil Rússia, Índia, China e África do Sul) são influenciados pela composição étnica, perfil cultural e a criação dum quadro institucional (CERVO, 2012b). Mas para Almeida (2001), a tendência no final de século XX confirmava o aumento das diferenças entre nações desenvolvidas e países em desenvolvimento, com a desigualdade no acesso aos bens e o rendimentos dos grupos sociais (ALMEIDA, 2001).

Os países do BRICS se destacam mundialmente por vários fatores que eles têm em comum. São países populosos, esta particularidade os torna geradoras de mão de obra barata, que também os deixa em desvantagem em termos da desigualdade social. Crescem do ponto de vista econômico e de produção de riqueza, juntos são países com potenciais elevados no comércio internacional, com produtos que da uma vantagem competitiva em relação aos países desenvolvidos. O Brasil se destaca como grande exportador de commodities agrícolas. A Rússia como grande fornecedor da matéria-prima energética. A Índia está muito desenvolvida na tecnologia de informação. A China se destaca como exportador dos produtos de consumo de massa. E a África do Sul é experiente na exploração e exportador dos minérios (SILVA, LIMA, XAVIER, 2011).

Mesmo com a disparidade em relação às elevadas despesas do Norte em relação ao do Sul em cooperação para o desenvolvimento, pela subestimação ao impacto dos gastos do Sul, pelo fato de os países de Norte invocam as razões de estabilidade econômica e financeira e a emergência internacional dos outros três membros do BRIC (Brasil, Índia e China). Mas o certo é que provocou de volta o nascimento do sistema solidário entre os países do Sul. Com foco no desenvolvimento nas raízes dum Plano de Ação para Cooperação Sul-Sul (BURGES, 2012).

Uma abordagem de cooperação Sul-Sul, demonstra o potencial diferente de abordagem do desenvolvimento em relação ao dos antigos colonizadores. Sendo baseado nos objetivos de que os mesmos países compartilhem conhecimento, competências, habilidades e seus recursos, assim os permite atingir suas metas do desenvolvimento (BURGES, 2012). Mas isso não significa de que o modelo Sul-Sul exclui seus integrantes de praticar ou adotar o formato igual ao aplicado pelos países do Norte em relação aos seus componentes sulistas ou um do mesmo nível do Norte.

Algumas intenções nas políticas do desenvolvimento do Sul são gradativamente condicionando ou desencorajando esses fluxos de ajuda dos membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC, sigla em inglês). Sendo os acordos com parceiros comerciais de desenvolvimento do Sul, estão carregados de atrativos adicionais. Trazendo fluxos de investimentos de alta dimensão superando ajudas externas, num certo ponto, superiores ao do Norte (BURGES, 2012). Dada essas atratividades nas ajudas entre os estados membros do Sul, também os encorajam a uma reivindicação da participação dos emergentes nas instituições da governança econômica e financeira internacional (CERVO, 2012b).

No caso brasileiro para com os seus parceiros da África, tem apresentado nos últimos anos um resultado favorável tanto para os africanos, pelo apoio em desenvolvimento e transferências das tecnologias, como para o Brasil, na ampliação e consolidação da sua dimensão internacional. É ciente de que o Brasil tem discutido pouco sobre desafios africanos, e muitas das vezes as interpretações são errôneas e frequentes (SARAIVA, 2008). Mas pelo papel ocupado no BRICS, tem levado o Brasil assumir posições importantes em benefício dos países africanos e outros países do Sul.

A abordagem de desenvolvimento Sul-Sul se destaca de um modo diferente do DAC, pelo fato das ações serem executadas pelas instituições governamentais, destacados dos países doadores para os países beneficiados. No caso do Brasil estão envolvidos dezenove diferentes ministérios e agências do governo, com ênfase nos cinco ministérios: Relações Exteriores, Educação, Saúde, Agricultura e Ciência e Tecnologia. Com três agências na organização e execução como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em pesquisa agrícola, Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) saúde pública e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para formação industrial. Com isso são enviados especialistas brasileiros para o treinamento necessário que cria programas autossustentáveis nos países favorecidos (BURGES, 2012).

Com domínio da tecnologia para regiões tropicais pela Embrapa, o Brasil tornou-se o aliado preferencial dos países em desenvolvimento. Portanto, neste sentido a empresa abriu seus escritórios no exterior sendo inicialmente no continente africano em Gana, denominado Embrapa África. No continente existem 39 projetos de cooperação Sul-Sul envolvendo a empresa, o

mais importante é o ProSavana em Moçambique. Papel importante desempenhado no continente é essencialmente pela segurança alimentar e redução da fome mesmo sabendo que há que haver negócios, não existe nada que impeça isso. Os projetos demandam tecnologias e com isso exige um retorno mesmo que seja mínima (RENZIO, at.al., 2013).

Um dos pontos principais é na área de melhoria nas técnicas de cultivo e pastoreio, nas áreas do desenvolvimento econômico, ambiental e social. Também os apoios se torna importante na melhoria no padrão de vida dos agricultores familiares. Portanto, se percebe relevância dos projetos da empresa quando se casa com projetos locais voltados para reduzir fluxo das populações para grandes cidades e permitir a sua permanência nos seus locais de origem no campo e evitar o inchaço nas zonas urbanas (MIGON; DOS SANTOS, 2013).

O papel importante também desempenhado pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior brasileiro (MDIC), incentivando intercâmbios por meio de missões das entidades privadas. A Embrapa África intenciona, ou já, disponibiliza aos africanos o que Brasil possui em termos da tecnologia agrícola e fortifica o comércio dos brasileiros com continente africano. A facilidade na criação do mercado de máquinas, equipamentos e insumos (MILHORANCE, 2013). Também é imprescindível realçar os grandes projetos desenvolvidos em Moçambique pelo governo brasileiro, através das duas grandes empresas: a Fiocruz na área de saúde, a construção da fábrica de antirretrovirais e a Embrapa no projeto tripartite da ProSavana.

O projeto desenvolvido pela Embrapa nela está envolvido os parceiros da cooperação internacional. A empresa cabe à responsabilidade pela execução, e a Agência dos Esta-

“

*O Brasil inova num formato diferencial de cooperação com os países africanos, o modelo tradicional de cooperação de transferência de tecnologia foi reforçado por uma forma mais presencial, participativa e cooperativa ...*

”

dos Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) tem a sua participação financeira, no momento inicial do projeto e em seguida foi envolvido a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) que reforça o projeto em termos financeiro pelo seu apoio a este país africano (MILHORANCE, 2013).

No outro lado na África Subsaariana decore um projeto com agricultores familiares, envolvendo os quatro países no Projeto Cotton Four, executado num valor corespone a US\$ 5,2 milhões para ajuda ao desenvolvimento do setor do algodão, abrange Benin, Burkina Faço, Chade e Mali. No Senegal a Embrapa está envolvida no projeto de desenvolvimento da rizicultura também no valor de US\$ 2,4 milhões (MILHORANCE, 2013).

O Brasil inova num formato diferencial de cooperação com os países africanos, o modelo tradicional de cooperação de transferência de tecnologia foi reforçado por uma forma mais presencial, participativa e cooperativa para dar a sua contri-

buição na melhoria das condições nutricionais e a redução da pobreza. Através do seu programa de sucesso do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, o mundialmente conhecido Fome Zero. O Programa de Aquisição de Alimento (PAA), iniciado em 2003 no país está sendo desenvolvido em cinco países da África como programa piloto desde 2012. Intitulado Programa de Aquisição de Alimentos da África (PAA África), pelos acordos celebrados por governo brasileiro, FAO e outros parceiros internacionais. Apoiam o programa de compras locais no âmbito da proteção social, assistência e alimentação nas escolas destes países da África ([paa-africa.org/2013](http://paa-africa.org/2013)).

O PAA foi constituído por quatro modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF); Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF); Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) e Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF). O programa possui uma lei que normatiza e estabelece valor máximo para cada modalidade do PAA e, conta com garantia de compra para os beneficiados do PRONAF, conta com recursos antecipados do plano de safra agrícola e um apoio à economia local. O beneficiado do PAA, conta com programa que o ajuda a garantir renda e inserção de forma sustentável no mercado, conta com garantia de compra do seu produto por entidades locais para formação de estoque e com a antecipação de recursos para plano de safra etc. (MATTEL, 2005). Centrado em dois pontos principais a disponibilidade e acesso dos alimentos (em quantidade e qualidade) produzido por próprios agricultores familiares para as populações em condições de insegurança alimentar.

Com foco nas comunidades vulneráveis confrontado com insegurança alimentar e nutricional, o programa de pequena escala contempla

países da África, como Etiópia, Malawi, Moçambique, Níger e Senegal. Segundo site do programa, este tem seu foco na estratégia para recuperação agrícola e assistência alimentar e nutricional. E no desenvolvimento para os pequenos agricultores na comercialização dos seus produtos, os quais contam com uma demanda local. O projeto junta o PAA e programa Purchase for Progress (P4P) do PAM, inspirado nos esforços conjuntos com países internacionais para redução da fome e a desnutrição. Com apoio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), do Programa Mundial de Alimentação das Nações Unidas (PAM), Departamento do Reino Unido para Desenvolvimento Internacional (DFID). Em conjunto traçaram três resultados para programas: a) foco na melhoria do comércio local, uma estratégia que permita reforço de conhecimentos e práticas para governos e entidades internacionais; b) foco na capacidade dos pequenos produtores e outras organizações ligadas aos projetos para que consigam vender para PAM e, c) tornar melhor programas locais de compras e reforçar laços com pequenos produtores no fornecimento dos produtos alimentares ([PAA-AFRICA.org/2013](http://PAA-AFRICA.org/2013)).

A África subsaariana conta com a distribuição populacional em maior parte concentradas nas zonas rurais. Pelas informações do site da PAA África, na Etiópia, 95% da produção agrícola vem dos seus 12 milhões de agricultores familiares e 85% do emprego total. No Malauí vivem cerca de 15,3 milhões de populações e cerca de 80% vivem no meio rural. É um país com níveis de vida relativamente bom, mas alguns malauianos enfrentam dificuldades alimentar. Em Moçambique vivem 22,4 milhões de pessoas sendo a maioria deles, 70% vivem no meio rural ([paa-africa.org/2013](http://paa-africa.org/2013)).

Segundo PAA África, apesar do seu crescente PIB, esse ainda não foi traduzido em crescimento da redução da insegurança alimentar e da pobreza. O setor agrícola com 95% da participação no PIB da área e cerca de 85% das terras produzidas por eles são destinados a produção de alimentos. No Níger 84% da população vivem nas áreas rurais, e contam com 87% de emprego no campo que produz alimentos. O Senegal é um país que é considerado estável politicamente na sub-região, mas seu PIB tem diminuído bastante nos últimos anos pelas informações de PAA África, na década de 60 o PIB deste país girava em torno de 24%, mas vem diminuindo atualmente está em 8% ([paa-africa.org/2013](http://paa-africa.org/2013)).

O programa PAA África, iniciou com apoio financeiro do Brasil e do Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento no valor de US\$ 4,5 milhões e conta com um orçamento total de US\$ 11 milhões. Na primeira fase contou com 4.287 agricultores, sendo 124.468 estudantes beneficiados e 434 escolas contempladas. Entre os países, na Etiópia o programa conta com 1.600 agricultores da União de cooperativas que entregam milho e feijão, 8.700 estudantes beneficiados e sete escolas contempladas. No Malauí o programa conta com 1.587 agricultores individuais que entregam produtos diversos, 9.527 estudantes beneficiados e sete (7) escolas são contempladas. No Senegal o programa conta com 1.000 agricultores de cinco (5) uniões cooperativas que entregam arroz, 22.800 alunos beneficiados e 155 escolas são contemplados. Em Moçambique, 600 agricultores associados que trabalham em parceria com programa que entregam milho, 72.000 estudantes são beneficiados e cento e setenta e cinco (175), escolas são contempladas. E o Níger com 400 agricultores da União das Cooperativas que entregam milho e feijão, 11.441 estudantes são bene-

ficiados e noventa (90) escolas são contemplados (paa-africa.org/2013).

Os resultados acima demonstrados embora ainda em pequena escala, que vale a pena enaltecer o formato e objetivos pretendidos pelos idealizadores e em particular o Brasil em sua iniciativa social diplomática para com os países do Sul em particular do continente africano. Entende-se claramente de que o foco e objetivo do PAA África, é diferente dos outros programas anteriores feito por Brasil no continente (em particular nos países lusófonos) e inspira além da transferência do conhecimento científico e tecnológico já em curso no continente. Esta, trás outra vertente que muitos anos são ignorados pelos países e organizações internacionais que apoiam os países do Sul, em particular do continente africano a procura do caminho de desenvolvimento. Os fatores que colocam em primeiro lugar a população dos países onde o programa está sendo executado a produzirem e comercializarem os produtos para instituições de apoio em desenvolvimento de produtos para o consumo nas escolas e outros lugares. O que significa transferência de renda para os produtores locais e não produtores dos países mais avançados.

Traz-se ainda um caso da Guiné-Bissau que se entende seja de certa forma semelhante a muitos países onde o PAM atua no apoio a alimentação escolar. Neste país o PAM distribui em todos os períodos letivos nas escolas primárias unificadas uma refeição diária. E todos os produtos são importados, óleo, arroz, feijão e sardinhas. Se fosse implementado o programa PAA África, certamente o bom desempenho do programa atual não se restringiria apenas no apoio a alimentação e nutricional dos estudantes. Mas sim, apoio aos agricultores a melhorarem o sistema atual de produção (haveria a nova exigência para eles se adaptarem), distribuição de renda por apoio que o país está sendo beneficiado e conhecimento

em sistemas organizacionais de distribuições e comercialização dos produtos agrícolas. Esta última ainda do domínio do PAM sendo ele importador dos produtos a qual ele fornece as escolas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos de considerações finais, reprisam-se alguns dos pontos discutidos no trabalho. Sendo que o desenvolvimento, e a modernidade são de certa maneira as metas a serem seguidos por todos os países em particular os que estão em vias de desenvolvimento. Digo isto porque, os países do Sul trabalham arduamente para atingirem o processo de desenvolvimento e com a clara intenção de que os de Norte que já ultrapassou esta fase os apoiariam de forma efetiva para que o processo seja mais sem sobressaltos e de forma rápida. Mas o que os países do Norte procuram neste momento é estabilizar seu desenvolvimento e aproveitar a modernidade. Para garantir o processo da modernização do Norte não facilita de certa maneira o processo de desenvolvimento do Sul. É isso que se vê claramente, a corrida na procura dos recursos naturais nos países do Sul sem um apoio claro para o desenvolvimento local (GIDDENS, 1991).

É claro que os recursos ali existentes são motivos de cobiça pelos países colonizadores, de certa maneira sempre haverá da parte destes atores novas fórmulas ou estratégicas para alcançar estes recursos. Ignorando por completo o processo de desenvolvimento destes e a degradação ambiental que lá acontecerá durante ou pós-processo de exploração dos recursos e os esgotamentos destes recursos ao longo do tempo. Também é do conhecimento de que os mais afetados pela fome e desastres ambientais são países do Sul, e

Sul do Norte, ou seja, os pobres do Sul e os do Norte.

Deve de alguma maneira os BRICS podem fortalecer o processo de integração e apoio aos países do Sul, e programar novos modelos de cooperação entre os membros e países mais necessitados para desencorajar as práticas camufladas dos colonialismos que ainda estão longe de ser eliminados no Sul. No caso do Brasil expandir seus programas de apoio ao desenvolvimento aos países em desenvolvimento do Sul, investir em sistema de cooperativismo solidária, programas como PRONAF, PAA e modelos solidários de cooperação Sul-Sul.

O caso brasileiro tem uma particularidade em termos de cooperação com países africanos. Percebe-se claramente o esforço na transferência da tecnologia, focado nas instituições, nas comunidades científicas locais e também os projetos de fazer chegar jovens estudantes destes países ao Brasil, para curso de curta duração na Embrapa e noutras instituições do governo brasileiro. Como mostra o Milhorance (2013), Brasil e África tem grande concentração de terras agrícolas no mundo, os aspectos da tecnologia são fundamentais para ampliar a produção africana e na melhoria das terras degradadas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. R. de. A economia internacional no século xx: um ensaio de síntese. **RBPI**, Brasília, v. 44, n. 1, p. 112-136, jan./jun., 2001.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma nova teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernidade reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Trad. Magda Lopes. São Paulo: E. Universidade Estadual Paulista, 1997.

- \_\_\_\_\_. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade.** Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- BELLUCCI, B. **Tudo e nada: a aposta do capital em Moçambique.** Buenos Aires: CLACSO, 2008.
- BURGES, S. Desenvolvendo a partir do Sul: cooperação Sul-Sul no jogo de desenvolvimento global. **Austral**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 237-263, jul./dez., 2012.
- CERVO, A. L. Apresentação: A Política Exterior do Brasil. **Austral**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 9-14, jul./dez., 2012a.
- \_\_\_\_\_. O Brasil na Atual Ordem Mundial. **Austral**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 37-59, jul./dez., 2012b.
- COSTA, A. B. da; SOARES, M. A. T. Globalização: expansão de mercados enquanto necessidade intrínseca do desenvolvimento capitalista. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 1, p. 17-22, 2004.
- ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 133-168.
- FURTADO, C. **Teoria e política de desenvolvimento econômica.** 7 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.
- MUKHERJEE, A. Da globalização colonial à globalização pós-colonial: o não alinhamento e cooperação Sul-Sul. Trad. Pedro Alt. **Austral**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 265-288, jul./dez., 2012.
- MATTEI, L. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): Antecedentes, Concepção e Composição Geral do Programa.** Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/Nivaldo/pós-graduacao/lato.../Texto3\_PAA>. 2005. Acesso em: 20 ago. 2010.
- MILHORANCE, C. A política de cooperação do Brasil com a África Subsaariana no setor rural: transferência e inovação na difusão de políticas públicas. **RBPI**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 5-22, 2013.
- MIGON, E. X. F.; DOS SANTOS, C. A. G. África & Brasil: Parceria para o desenvolvimento. **Col. Meira Mattos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 28, p. 35-46, jan./abr. 2013.
- O'CONNOR, J. Desarrollo desigual y combinado y crisis ecológica. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 9-23, jul./dez., 2003.
- RAYNAUT, C. **Atrás das noções de meio ambiente e desenvolvimento sustentável: questionando representações sociais.** Conferência ministrada no Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento/UFPR, março 2006, texto transcrito.
- REPORT, A. S., & Procurement, U. N. Supplement to the 2010 Annual Statistical Report on United Nations Procurement Procurement and the Millennium Development Goals, 2010.
- RENZIO, P. de., et al. O Brasil e a Cooperação Sul-Sul: Como Responder aos Desafios Correntes. Brics policy center – policy brief, Rio de Janeiro, mai./2013. Disponível em: <http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/5992/doc/1619030609.pdf>, acesso em 05/08/2013.
- SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 1, Curitiba, 1999.
- \_\_\_\_\_. Barricadas de ontem, campos de futuro. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 25-38, 2010.
- \_\_\_\_\_. Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível? Trad. Vera de Paula Assis. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 213-242, 1997.
- SANTOS, B. de S. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro. Conferência de abertura do In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004. Coimbra. **Anais...** Coimbra, 2004.
- SARAIVA, J. F. S. A África no ordenamento internacional do século XXI: uma interpretação brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, p. 75-106, 2008.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução de Laura T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, M. G. da; LIMA, D. J. P.; XAVIER, C. L. Comércio internacional e especialização tecnológica dos BRICS entre os anos de 2000-2010. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 53-70, jan./jun., 2011.